

O Exército Americano em Transformação

Capitão
Sérgio Paulo Alves dos Santos



1. Enquadramento

As Cruzadas, a Revolução Francesa, a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a Guerra Fria, a Queda do Muro de Berlim e o 11 de Setembro de 2001 são, entre muitos, pontos no curso da história que, pela sua importância, são considerados como referência quando se pretende identificar acontecimentos, que pelas suas características, tiveram a capacidade de alterar as relações de poder entre os Estados.

Se por um lado a Queda do Muro de Berlim representa o fim da Guerra Fria, e como alguns quiseram fazer crer, o fim da história, o 11 de Setembro marca a assunção sem preconceitos dos Estados Unidos da América (EUA) como a potência imperial dos nossos dias¹. Num mundo de características unipolar, os EUA são, sem sombra de dúvida a potência dominante, não se antevendo a curto, médio ou mesmo longo prazo que outra potência regional possa aceder a um estatuto de concorrente directo pela hegemonia mundial.

Perante a percepção de que não existiria uma ameaça com capacidade para pôr em causa a “*pax americana*”, este país decidiu empreender ao nível das suas Forças Armadas (FA) uma “*transformação*” que dificilmente encontrará paralelo na história militar contemporânea². Fazendo uma leitura correcta do conjunto das ameaças emergentes, nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, a par da compreensão das mais valias das novas tecnologias, os EUA elaboraram uma “visão” daquilo que serão as relações de poder até, e para além de 2030, e dos consequentes desafios que as suas FA terão de enfrentar com vista a assegurarem os interesses, deste país, em todo o mundo.

As guerras das próximas décadas serão essencialmente dominadas, por conflitos regionais de carácter limitado e de baixa intensidade, mas com a particularidade de poderem ser, potencialmente, travadas sob ameaça de utilização de armas de destruição maciça, e com uma grande capacidade de transmitir ao sistema internacional uma instabilidade permanente.

De acordo com esta visão americana, a compreensão desta transformação só poderá ser realmente alcançada através de uma perspectiva estratégica, não só da utilização, mas também do desenvolvimento da força. É esta conceptualização estratégica que, aliada a todo o potencial económico, permite aos EUA serem, talvez, o único país no mundo que possa afirmar em simultâneo a consecução de uma estratégia operacional, de uma estratégia genética e de uma estratégia estrutural. Mas é essencialmente na estratégia genética e na sua capacidade para a pôr em prática que reside a principal vantagem americana. A estratégia genética - nas palavras do Tenente-General Cabral Couto - *“tem por objecto a invenção, construção ou obtenção de novos meios, a colocar à disposição da estratégia operacional, no momento adequado, e que sirvam o conceito estratégico adoptado e tendo em atenção a evolução previsível da conjuntura”*³. Para se prosseguir com uma estratégia desta natureza é preciso possuir uma capacidade prospectiva de longo prazo, tendo sempre em linha de conta diferentes variáveis que poderão influenciar o produto final que se pretende. Este tipo de opções, exige uma extraordinária subordinação de recursos por períodos muito longos e que, apesar de todas as cautelas programáticas e análises de evolução, são sempre carregadas de um elevado grau de incerteza quanto ao seu sucesso. Por isso, só países com grande capacidade económica, industrial e uma classe política atenta aos fenómenos que evoluem à sua volta, aliada a uma forte coesão social e sentido nacional, têm possibilidades de optarem por estratégias deste tipo⁴.

A transformação que estas FA estão a empreender, terão uma implicação extraordinária na forma de conduzir a guerra, principalmente na capacidade de projecção da força para qualquer parte do globo, num espaço de tempo muito reduzido, impondo a presença americana de forma quase imediata - se atendermos aos padrões actuais. Assim, a possibilidade do emprego da força por parte das futuras Administrações passará a estar ainda mais reforçada.

É desta forma genérica, goradas as expectativas de alguns intelectuais pouco avisados de que o início do século XXI seria o princípio do fim dos fenómenos bélicos, que as FA americanas se preparam para os desafios das próximas décadas. Mas, ao contrário da visão socialmente securitária e aburguesada de uma Europa indecisa sobre a sua verdadeira vocação, os EUA decidiram abraçar um projecto nacional com um impacto tecnológico em todas as áreas da sociedade americana, muito para além das finalidades primárias e dos fins militares a que se destina.

2. A Visão

“The only thing harder than getting a new idea into the military mind is to get an old one out”

B. H Liddell Hart

Na sequência de todas as transformações verificadas nas últimas décadas do século XX, e principalmente nos primeiros meses do século XXI, os EUA - orientados por uma nova

“visão” dos recentes acontecimento e pela percepção do seu papel claramente imperialista na ordem mundial - decidiram redesenhar as suas FA com vista a enfrentarem os desafios do novo milénio.

As alterações ao nível das relações internacionais e nas relações de Poder entre os Estados levou ao “aparecimento de um novo” espectro de ameaças, o que teve a sua natural correspondência, não na alteração dos princípios da guerra, mas na alteração do emprego dos meios assim como na redefinição conceptual, que estava na base genética dos sistemas de armas. Como seria de esperar, a todo este processo evolutivo não é alheio a evolução/alteração do ambiente operacional. É com base nestas alterações, que a Junta de Chefes de Estado-Maior das FA dos EUA publicou em Julho de 1996, um documento fundamental e que foi a pedra sobre a qual começou a ser erigido todo o processo de transformação das FA americanas⁵. O documento foi designado por *“Joint Vision 2010”*. *Pretendia acima de tudo determinar linhas orientadoras para a transformação das FA num corpo mais coeso e perfeitamente articulado, tendo como fim último fazer face, às novas exigências operacionais, de forma decisiva e com espírito vencedor. A “Joint Vision 2010” faculta uma visão coerente do futuro e das implicações para as operações conjuntas, à luz de uma nova conceptualização doutrinária emergente*⁶. É na sequência deste documento que cada um dos Ramos elabora a sua própria Visão.

O Exército elaborou a sua *“Army Vision 2010”* tendo como linha de força - e fim último - aquilo que o General Eric Shinseki designou como *“Objective Force”*. O *“Objective Force”* deverá permitir equipar o Exército com um extraordinário sistema de armas capaz de fazer frente a qualquer adversário previsível para além do ano 2030. Este “novo” exército deverá ser facilmente projectável, de forma a poder de imediato desenvolver acções ofensivas, defensivas, de estabilização e apoio, utilizando pequenas unidades de combate capazes de grande mobilidade, protecção e poder de fogo, mas necessitando de um reduzido apoio logístico. Estas unidades “tipo Brigada” deverão ter uma capacidade de projecção de 96 horas qualquer que seja a localização do cenário⁷.

A *“Army Vision 2010”*, é um projecto que representa a contribuição do Exército americano para os conceitos operacionais identificados na *“Joint Vision”*. Esta nova estrutura conceptual será o esforço principal para o qual o Exército canalizará toda a vitalidade e inovação da sua massa humana, assim como toda a sua capacidade tecnológica com vista a atingir um novo e superior nível de prontidão e eficiência, como membro terrestre do *“Joint Warfighting Team”*.

A “visão” do Exército centra-se principalmente, nas implicações que o novo ambiente terá no desempenho operacional deste novo Exército, no âmbito das operações conjuntas. Esta abordagem deverá permitir à componente terrestre das acções conjuntas a capacidade de conduzir com sucesso operações através de todo o espectro de crise. É nesta tentativa de supremacia, que serão identificados os imperativos operacionais e as necessidades tecnológicas que permitam ao Exército atingir esse desiderato. A *“Army Vision 2010”* é também o passo intermédio entre a realidade que já é a *“Force XXI”*, e o

processo evolutivo contínuo que é o conceito de “Army After Next”⁸. É o objectivo intermédio, num eixo de progressão que tem como objectivo final uma abordagem completamente diferente aos desafios propostos pelo novo ambiente operacional, quer sejam novas estratégias, estruturas ou sistemas.

Enquanto que a “Army Vision 2010” tem como limite temporal imediato o ano 2010 e como sucedâneo operacional as “Interim Brigade Combate Team”, o conceito de “Army After Next” procura determinar o ambiente estratégico, cerca de 30 anos para além deste período, findo o qual as FA deverão estar equipadas com o almejado “Future Combat System”⁹, tendo desta forma atingido o “Objective Force”.

As sinergias responsáveis pelos projectos da “Force XXI”, “Army Vision 2010” e “Army After Next” não são mais que forças concorrentes, trabalhando cooperativamente, procurando identificar capacidades e potenciais aplicações tecnológicas, para emprego, em cada uma das áreas de interesse dos respectivos projectos. Simultaneamente, procuram determinar a forma como estes novos incrementos irão afectar as áreas interdisciplinares da doutrina, do treino, da liderança, da organização e do material e o correspondente impacto no objecto final, o combatente. Estas três metamorfoses por que passa o Exército americano, representam no fundo um processo contínuo e ordeiro de mudança, assegurando uma aproximação disciplinada aos desafios incertos do futuro, através da contínua integração tecnológica das áreas militares. Esta ideia de mudança está bem expressa nas palavras proferidas na tomada de posse do ex-Chefe de Estado-Maior do Exército americano, General Shinseki, a 21 de Junho de 1999 - “Para conseguir operar, através de todo o espectro do conflito, o Exército terá que ser mais versátil, ágil, letal e com maior capacidade de sobrevivência. Terá que ter uma maior capacidade para chegar mais rápido ao campo de batalha e de actuar conjuntamente (com os outros Ramos). Neste momento as nossas forças pesadas são demasiado pesadas e as nossas forças ligeiras demasiado ligeiras e têm falta de poder de fogo. Perante esta evidência precisamos de ter ideias inovadoras com vista a uma nova estrutura e aos nossos esforços de modernização”¹⁰.

3. Objective Force

“The Objective Force is The Army ... the future Joint, interagency, and multinational (JIM) precision maneuver instrument this Nation requires.”¹¹

O “Objective Force” pretende concretizar as aspirações do que deverá ser o Exército americano para além do ano 2010¹². O conceito “Objective Force” surgiu na sequência de um processo de transformação do Exército que começou com as “Louisiana Maneuvers” em 1992, seguido pelo programa de desenvolvimento do “Army After Next”, que se iniciou em 1996 e foi ajustado devido às dificuldades sentidas em termos de mobilidade estratégica durante o conflito do Kosovo, com a Task Force Hawk em 1999¹³.

Na sequência dos actos terroristas do 11 de Setembro de 2001, a administração

americana verificou a impossibilidade de fazer cumprir imediata e prontamente, a ordem presidencial de “*boots on the ground*”¹⁴ com a finalidade de perseguir e destruir os responsáveis terroristas pelo ataque ao World Trade Center. Estes acontecimentos vieram apenas acelerar e reforçar as intenções dos dirigentes políticos e militares quanto à necessidade de uma alteração estrutural do Exército americano. O próprio presidente americano, foi peremptório ao afirmar que “*Nós não sabemos ainda a forma exacta da nossa estrutura militar, mas sabemos a direcção que devemos tomar. Em terra, as nossas forças pesadas serão mais ligeiras. As nossas forças ligeiras serão mais letais. Tudo será mais fácil de projectar e de manter*”¹⁵. O “*Objective Force*”, acabou por ser o elemento aglutinador de todas essas vontades. Idealizado numa perspectiva de emprego conjunto, pretende ser uma força que poderá fazer frente a qualquer tipo de ameaça através de todo o espectro da conflitualidade. Organizada, orientada, equipada e treinada para uma mais adequada resposta estratégica, a sua capacidade de projecção, a agilidade, versatilidade, letalidade e sobrevivência pretendem fazer dela uma força estratégica, operacional e taticamente orientada segundo os princípios de “*ver primeiro, compreender primeiro, actuar primeiro e de forma decisiva, como garantia de sucesso*”¹⁶.

Mas o “*Objective Force*”, pretender ser mais que um evento pontual ou do que a criação e apresentação de uma nova arma, fruto da última tecnologia, é, principalmente, um processo contínuo de criação que tem como fim a geração de uma nova força, um novo Exército. Embora as primeiras unidades estejam prontas previsivelmente em 2010, o processo não termina aí, continuando para além de 2030. O “*Objective Force*” não é uma resposta a um problema específico fruto da evolução das relações de conflitualidade entre os Estados ou entre actores internacionais, procura ser acima de tudo uma acção inovadora e contínua, na tentativa de antecipar respostas a potenciais ameaças.

Outro dos aspectos importantes a destacar neste conceito de “*Objective Force*” é o seu carácter de desenvolvimento global e integração dos diferentes ramos das FA dos EUA. Embora a face mais visível desta transformação esteja a ser desenvolvida pelo Exército, a sua implementação está a ser orientada segundo o princípio da acção conjunta. Isto é, esta nova força está a ser criada na perspectiva do seu emprego como o braço terrestre de uma “*Joint Task Force*”. Quer a “*Joint Vision 2010*” ou a “*Joint Vision 2020*”¹⁷, preconizam de forma clara a acção conjunta, integrada e simultânea dos três ramos. A intervenção americana no Iraque, foi um claro exemplo de que esta integração está em movimento. De facto, segundo o General Tommy Franks, “*simultaneidade*”¹⁸ foi a palavra sobre a qual assentou grande parte da preparação e execução da operação para libertar o Iraque. A exigência de uma integração perfeita entre os diferentes ramos, permite maximizar as potencialidades de cada um, diminuindo as suas diferentes vulnerabilidades, criando um corpo único e coeso capaz de executar, com grande probabilidade de sucesso, todas as missões que lhe forem atribuídas. Mas este conceito de “*Objective Force*” vai mais longe permitindo um funcionamento mais global, dentro da estrutura do próprio Estado. Para além da vertente conjunta entre os diferentes Ramos militares, a ligação far-se-á também a outras agências governamentais, (FBI, Polícia, Bombeiros, pessoal médico,...)¹⁹ através de um poderoso sistema C4ISR²⁰.

Outros dos aspectos característicos deste “*Objective Force*” deverá ser a projectabilidade²¹. De acordo com as palavras do general Shinseki os EUA “*devem ter a capacidade de projectar o seu poder em qualquer parte do mundo - não apenas em áreas de fácil acesso com bons aeroportos e portos marítimos - mas também nas regiões mais remotas e isoladas, carenciadas das mais básicas infra-estruturas*”²². Na realidade, no seu conceito de “*Objective Force*”, o Exército americano destaca como essencial o aspecto da projecção da Força. Esta necessidade de projecção está claramente assumida no documento “*The Objective Force in 2015*” onde se afirma que “*O Objective Force terá uma capacidade de resposta estratégica e operacional, será um Exército que poderá projectar uma “Unit of Action” (UA)²³ em 96 horas, uma “Unit of Employment” (UE)²⁴ em 120 horas, 5 UE em 30 dias, utilizando um misto de movimentos por mar, ar e terra e através do pré-posicionamento de materiais. (...) As UA deverão ter uma autonomia para 3 - 7 dias de combate (...)*”²⁵. Esta exigência estratégica, irá obrigar a uma completa revolução nos sistemas de transporte estratégico dos EUA. Quer a Força Aérea, quer a Marinha americana, estão já a repensar os seus meios de transporte, de forma a satisfazer as necessidades deste novo Exército²⁶.

O “*Objective Force*” é um programa que, tendo como finalidade principal tornar o Exército americano numa força projectável, ágil, versátil, letal, sustentável, capaz de sobreviver e dominante por todo o espectro da conflitualidade, acaba por ser transversal a todas as FA americanas, pelas inovações tecnológicas e doutrinárias a que vai obrigar os outros Ramos. Igualmente, a sua predisposição para actuar num âmbito de “*Joint Task Force*”, representa uma garantia de modernidade e de evolução, garantindo a adequada preparação para os novos desafios deste século²⁷. No final deste percurso de desenvolvimento, o “*Objective Force*” deverá ser em 2015, “*um Exército de características híbridas, constituído por 5 UE, 15 UA, 6 Stryker Brigade Combat Teams (SBCT's), 2 a 3 Digital Division Corps, e uma combinação de unidades escalão brigada pesadas, ligeiras e de forças especiais (aerotransportadas, e forças especiais) unidades de reserva (United State Army Reserve - USAR) e 4 divisões multi-funcionais da Army Reserve National Guard (ARNG)*”²⁸.

4. Interim Brigade Combat Team

“We cannot defeat tomorrow’s enemies with yesterday’s weapons; we cannot win tomorrow’s wars with yesterday’s ideas.”

General Henry H. Shelton - US Army

Dois dos mais importantes impulsionadores deste projecto de transformação do Exército, foram o General Eric K. Shinseki - ex-Chefe do Estado-Maior do Exército - e o Secretário de Estado do Exército, Louis Caldera. De acordo com o General Shinseki, o Exército deve ser um instrumento estratégico da política nacional americana. Segundo o mesmo, o actual estado do Exército americano não permite concretizar esse objectivo. Na realidade, este debate-se actualmente com um problema de rápida e efectiva projecção

do seu poder militar. Esta questão é de tal forma problemática, que o General Shinseki já afirmou que *“o perigo do Exército não se conseguir transformar numa força capaz de projectar poder efectivo em qualquer parte do mundo, reside no facto deste se tornar irrelevante para a segurança nacional”* ²⁹.

As sementes da actual transformação do Exército, resultaram da percepção durante os últimos conflitos em que os EUA estiveram envolvidos, da necessidade de uma força com as características de uma força pesada, mas simultaneamente, com capacidade de projecção de uma força ligeira. Durante a operação “Escudo do Deserto” (1990 - 91), os EUA viram-se na contingência de ter de enviar rapidamente uma força para a Arábia Saudita, na tentativa de dissuadir as forças iraquianas que estavam na fronteira do Kuwait, de ocuparem os poços de petróleo sauditas. Na altura, constatou-se, que o Exército americano não possuía unidades suficientemente ligeiras que possuíssem a letalidade, capacidade de sobrevivência e mobilidade para deter as forças blindadas iraquianas. Como medida de recurso, a 82ª Divisão Aerotransportada foi enviada para fazer frente à ameaça. Dotada de fraca mobilidade, reduzida protecção e limitada capacidade anti-carro, esta divisão era a única unidade americana colocada entre as forças blindadas iraquianas e as cidades e campos de petróleo sauditas. A decisão de enviar a 82ª Divisão como força de contenção, revelou o desespero e a falta de soluções projectáveis, por parte do Exército americano para fazer face no imediato a ameaças com estas características. Numa avaliação posterior ficou claro, que a 82ª Divisão não teria tido qualquer possibilidade de deter o exército iraquiano na eventualidade da continuação do avanço deste³⁰.

A operação *“Allied Force”* em 1999, na ex-Jugoslávia, com o objectivo de obrigar à retirada das forças sérvias do Kosovo, demonstrou igualmente a necessidade da criação de uma força altamente móvel, letal e facilmente projectável. Na preparação da acção nos Balcãs, o Pentágono apercebeu-se então, que existia um vazio importante entre uma acção aérea que poderia ter início de imediato e uma acção terrestre que demoraria meses a preparar, principalmente se tivermos em conta as restrições em termos espaciais das linhas de comunicação. Seria bastante arriscado iniciar uma operação, com forças aerotransportadas e aeromóveis contra um exército sérvio bastante bem organizado e equipado, instalado no terreno. No entanto, o envio de forças blindadas exigiria que estas fossem desembarcadas em Dures, no mar Adriático, seguindo depois através da Albânia ou em Tessalónica, no mar Egeu, e depois através da Grécia e da Macedónia. Em virtude da pressão internacional e dos ataques aéreos, as forças sérvias acabaram por retirar. Os reconhecimentos de itinerários entretanto efectuados pelas forças americanas, através da Albânia e até ao Kosovo, revelaram a existência de itinerários com grandes inclinações, gargantas apertadas e profundos desfiladeiros, pontes instáveis e estreitas, tudo isto em itinerários, principalmente, de montanha. Facilmente se compreende que estes obstáculos não eram favoráveis ao deslocamento de unidades pesadas. Sob a direcção do General Wesley Clark, os EUA decidiram então projectar a Task Force Hawk para a Albânia, durante a operação *“Allied Force”*. Para proteger os helicópteros Apache AH - 64 de um potencial ataque sérvio, foram também enviados carros de combate M1 Abrams e viaturas de combate de infantaria Bradley. A Task Force Hawk foi projectada através de

aviões de transporte, C-17 e C-130, para o aeroporto de Rinas. Este aeroporto de pequenas dimensões, apresentava igualmente fracas infra-estruturas de apoio e não estava preparado para suportar o tráfego resultante da projecção da força americana e simultaneamente de todo o apoio humanitário das diferentes ONG que procuravam evitar uma catástrofe humanitária³¹. Se, por um lado, este conflito permitiu aos EUA, detectar ou confirmar uma das suas vulnerabilidades, serviu igualmente para mostrar que, ao contrário do que alguns comentadores políticos e militares - de ambos os lados do Atlântico - se apressaram a predizer, os conflitos ganham-se pelo controlo efectivo do terreno através de militares no terreno, e não apenas pela acção psicológica de uma qualquer campanha aérea.

Apesar do Exército dos EUA possuir uma natural dominância sobre todo o espectro de conflitualidade, a organização e estrutura da sua força não está otimizada para uma resposta estratégica adequada. As forças ligeiras, podem de facto ser projectadas em poucos dias, mas têm falta de poder de fogo, mobilidade e letalidade para assegurarem a decisão. Por outro lado, as forças mecanizadas possuem uma inigualável capacidade de poder de fogo, letalidade e mobilidade, mas exigem muito tempo para serem projectadas. A transformação em direcção ao Exército do século XXI, deverá ser responsável por uma adequada resposta estratégica, através de uma projecção de forças combinadas que explorem a informação e potencial humano com as vantagens das forças ligeiras motorizadas e das forças mecanizadas pesadas. A consecução destas aspirações permitirá ao Exército criar uma força com grande capacidade de resposta em todo o espectro de conflito, de tipo brigada que, actuando isoladamente, ou dentro de uma estrutura de escalão divisão, irá fornecer uma força de capacidade intermédia entre as forças ligeiras e pesadas, servindo como ponte, enquanto a ciência e a tecnologia fornecessem as ferramentas necessárias à consecução das capacidades do "*Objective Force*".

O pontapé de saída para a constituição destas novas unidades - denominadas "*Interim Brigade Combat Team*" (IBCT) - foi dado em Outubro de 1999 pelo General Shinseki. O levantamento das duas primeiras unidades foi feito em Fort Lewis, tendo como base os ensinamentos apreendidos da constituição da Force XXI e com recurso à tecnologia existente no momento. As duas primeiras IBCT foram criadas com base na reorganização da 1ª Brigada/25ª Divisão de Infantaria e da reorganização da 3ª Brigada/2ª Divisão de Infantaria. No final do processo serão constituídas seis IBCT, uma das quais em reserva. Outras unidades escolhidas para este processo de transformação intermédia a caminho do "*Objective Force*" foram a 172ª Brigada Independente em Fort Wainwright, no Alaska, o 2º Regimento de Cavalaria em Fort Polk, na Louisiana, a 2ª Brigada/25ª Divisão de Infantaria em Schofield Barracks, no Hawai, e a 56ª Brigada/28ª Divisão de Infantaria da Guarda Nacional³². O Exército americano tem já neste momento pronta uma brigada e espera ter outra pronta durante o presente ano. As IBCT, acabaram em Agosto de 2002 por ser rebaptizadas sob a designação de Stryker Brigade Combat Team (SBCT), devido ao facto de a plataforma móvel comum a todas as subunidades das brigadas ser a viatura³³ LAV III, viatura que foi baptizada com o nome de Stryker em homenagem a dois militares americanos - soldado de primeira classe Stuart S. Stryker e o especialista

Robert F. Stryker - que serviram na Segunda Guerra Mundial e na Guerra do Vietname, tendo sido ambos agraciados com a Medalha de Honra³⁴. Este tipo de viatura, está otimizada para as diferentes necessidades orgânicas da Brigada, como sejam o transporte de infantaria, reconhecimento, anti-carro, porta-morteiros, posto de comando, apoio de fogos, engenharia, apoio sanitário e detecção NBQ. Actualmente encontra-se em fase de teste uma viatura equipada como uma peça de 10,5, que é designada como Mobil Gun System, e que pretende ser o “*carro de combate*” destas unidades. A característica mais marcante destas unidades é a sua mobilidade quer operacional quer tática. Desenhadas para serem facilmente transportáveis, estas unidades devem ainda ser capazes de actuar em ambientes com reduzidas infra-estruturas de apoio. Igualmente não necessitam para a sua projecção de portos e aeroportos perfeitamente funcionais. Dotadas de uma logística ligeira e com capacidade imediata de iniciar operações no momento seguinte ao seu desembarque, as SBCT reduzem substancialmente o tempo entre o desembarque e todas as tarefas inerentes ao início das operações. A sua mobilidade permite-lhe movimentar-se rapidamente e a longas distâncias. De acordo com as palavras do Major-General James Dubik - do Exército dos EUA - as viaturas constituintes destas brigadas “*deverão ter entre 20 a 25 toneladas e caber num C-130 de forma a serem transportadas para qualquer parte do mundo*”³⁵. Esta necessidade decorre do princípio pelo qual se rege toda esta transformação, ou seja “*(...) uma força não terá qualquer utilidade se não for capaz de chegar ao Teatro de Operações*”³⁶.

O conceito operacional subjacente a estas SBCT, não tem a ver com a constituição de uma força de intervenção rápida, mas pretende antes ser uma força que preencherá o intervalo entre as unidades ligeiras ou de operações especiais e as unidades pesadas. Estas SBCT terão que ter a capacidade, a letalidade e a mobilidade necessárias para assegurarem o controlo e a supremacia no combate durante este intervalo de tempo. As SBCT estão preparadas para actuarem contra todo o espectro de ameaças e assim como “*early-entry force*”. No entanto, estão optimizadas para actuar em situações de crise de baixa intensidade (*Smaller-Scale Contingencies - SSC*) em ambientes urbanos, confrontando diferentes níveis de ameaças que poderão ter capacidades convencionais ou assimétricas³⁷. Pode ainda ser empregue como força de estabilização ou interposição entre facções beligerantes numa fase inicial, criando um ambiente seguro que permita a actuação em segurança das unidades de estabilização ou de manutenção de paz. Mas, na sua essência, as SBCT são brigadas divisionárias que, em caso de actuação em operações convencionais, necessitam de reforço em áreas como comando e controlo, engenharia, aviação, apoio de fogos e carros de combate. O desenho do quadro orgânico e de material destas unidades está pensado de forma a que estas possam iniciar operações no momento imediatamente a seguir ao desembarque, estando completamente equipadas para três dias de combate³⁸.

As SBCT são, basicamente, constituídas pelas seguintes subunidades³⁹:

- Três Batalhões de Infantaria;
- Um Grupo de Reconhecimento (RSTA - Reconnaissance, Surveillance, and Target Acquisition);
- Uma Companhia Anti-carro;

- Um Grupo de Artilharia de Campanha;
- Uma Companhia de Engenharia;
- Uma Companhia de Transmissões;
- Uma Companhia de Informações Militares (MI - Military Intelligence);
- Um Batalhão de Apoio de Serviços.

A constituição destas unidades encerra em si alterações importantes ao nível do seu emprego. Tradicionalmente, a integração de forças de infantaria e cavalaria e outras especialidades numa mesma unidade, faz-se principalmente ao nível do batalhão e escalões mais elevados. Neste caso, as brigadas estão organizadas em permanência em “agrupamentos” e “subagrupamentos”⁴⁰. A utilização de armas combinadas ao nível da companhia/esquadrão - em permanência - permite um treino mais efectivo, criando uma maior uniformidade, coesão e espírito de corpo entre os diferentes elementos, tendo como resultado final uma maior proficiência por parte dos militares⁴¹. Possibilita igualmente uma redução no tempo de preparação para a projecção que pode ser quase imediata permitindo às brigadas um nível de treino e preparação para as missões muito superiores ao até agora conseguido. Com esta nova orgânica é possível alterar a forma como as unidades eram designadas e organizadas⁴² para fazer face a situações de crise. Passa-se assim do ciclo: alerta - treino - projecção, para um mais efectivo: treino - alerta - projecção⁴³.

Sendo as SBCT constituídas por viaturas que conferem uma limitada protecção blindada, tornou-se necessário estudar uma forma de se reduzir o nível de sucesso das diferentes ameaças que surgem no campo de batalha. Isto levou a um incremento dos meios que permitam, um contínuo e claro conhecimento da situação operacional. O esclarecimento da situação, a percepção em antecedência de potenciais ameaças e o actuar em antecipação, são aspectos que constituem a espinha dorsal sobre a qual assenta todo o conceito operacional e tático destas brigadas. A panóplia de meios de informação, reconhecimento e vigilância de que estas unidades dispõem, aliada a uma digitalização completa, desde o simples soldado até ao escalão mais elevado, permitem através de sistemas digitais tais como o “*Army Battle Command System*” (ABCS), “*Force XXI Battle Command Brigade and Below*” (FBCB2), “*Maneuver Control System*” (MCS) ou ainda do “*Advanced Field Artillery Tactical Data System*” (AFATDS) fornecer a todos os comandantes - aos vários níveis da brigada - uma imagem clara e precisa em tempo real do campo de batalha. As acções de pesquisa de informação, vigilância e reconhecimento (*intelligence, surveillance and reconnaissance* - ISR) são a característica “*mais singular*” destas Unidades, e de onde resulta toda a sua letalidade e eficácia.

5. Conclusões

A Transformação do exército americano é, primeiro que tudo, a expressão máxima de uma época marcada pelo domínio da informação⁴⁴. Os conceitos de “baixa zero” e de “guerra em directo”⁴⁵, são alguns dos factores - entre outros - que estão no cerne desta revolução militar. O esclarecimento da situação já não se faz pelo contacto com o inimigo.

O que importa agora é conhecer o máximo das potencialidades/vulnerabilidades do adversário, fora do alcance das suas armas, procurando desferir-lhe um golpe rápido e decisivamente destruidor de forma a retirar-lhe a vontade de combater, com a vantagem de se situar dentro do espectro convencional. Não é pois surpresa a constituição destas novas unidades onde o esforço na *“intelligence”*, na *“surveillance”* e no *“reconnaissance”* (IST) é entendido como fundamental para uma acção decisiva. A diminuição do peso logístico, a estas unidades e a diminuição do seu nível de protecção em favor do factor informação, com base em novas tecnologias, é outra das características particulares desta nova força. Esta opção, está subordinada ao princípio de que a *“blindagem é com efeito, uma política de segurança contra a ignorância acerca da localização e do potencial das armas do inimigo”* ⁴⁶.

A rápida projecção para qualquer parte do globo, de uma força com a capacidade para assumir rapidamente o controlo e a preponderância no campo de batalha, dá aos EUA uma ferramenta estratégica importante, permitindo que consolide, ainda mais, a sua posição de *“(…) Estado proto-mundial (…) com a capacidade para liderar uma versão moderna do Império universal, um império espontâneo e cujos membros se submetem voluntariamente à sua autoridade”* ⁴⁷. Esta transformação provocará uma verdadeira revolução não apenas nos assuntos militares, mas também na política internacional, principalmente na gestão multilateral de crises, pois poderá conduzir a uma tendência cada vez maior para o unilateralismo por parte dos EUA.

Um dos aspectos que importa aqui igualmente realçar é a assunção dos riscos que uma *“reviravolta”* deste tipo implica numa instituição como a militar e num país com as dimensões, responsabilidades e aspirações dos EUA. Assunção dos riscos, porque a escolha desta modalidade implica uma profunda alteração, conceptual e mental, na forma tradicional de gestão da violência própria de uma guerra. Mas também, porque este redireccionar é feito numa base tecnológica completamente revolucionária, muita da qual ainda não está disponível. Este facto tem causado alguma controvérsia e preocupação em sectores da vida americana, apesar de, desde o início deste projecto, ser intenção manter, numa primeira fase, forças convencionais a par de forças do *“Future Combat System”*. Mas esta opção só foi possível porque, desde o início da sua concepção, houve uma convergência real e efectiva entre o poder político e o sector militar. O empenhamento do poder político americano foi fundamental para estabelecer as bases iniciais da Transformação. A análise do que será o ambiente político e estratégico nos próximos 50 anos e a sua interpretação, levaram à consciente necessidade de transformar as FA daquele país, muito para além do que seria natural esperar. A compreensão da necessidade de unir esforços, permitiu construir um projecto de ambição nacional, com todos os méritos e deméritos que os projectos desta dimensão têm. Mas o que é interessante destacar é a percepção que o poder político americano tem da importância de umas FA moralizadas e adequadamente estruturadas, de acordo com aquilo que ele próprio - o poder político - pretende que elas representem, tendo como finalidade última a defesa dos interesses estratégicos desse mesmo país. De destacar também a visão e audácia dos chefes militares ao perceberem, em tempo, a necessidade de alterar a estrutura das suas forças com o intuito de manter em permanência a

relevância, a utilidade e a capacidade para o cumprimento da missão.

6. Epílogo

Embora tentador, esta reflexão sobre a transformação do Exército americano, não pretende ser uma comparação com a transformação que se procura levar a cabo no Exército português. A comparação seria ridiculamente injusta, não no plano objectivo teórico daquilo que se pretende que seja um exército na sua essência, mas sim em tudo o que é acessório e que contribui para a consecução de um projecto desta natureza, e que tem como fim último a existência de umas FA com capacidade para cumprir a missão que o poder político lhes atribuir. Por este motivo, talvez seja aqui apropriado recuperar as palavras do General Barrento quando refere que “ (...) *é absolutamente necessário que o poder político tenha a coragem de dizer quais são os cenários em que prevê utilizar o braço armado, (...); para que a instituição militar adquira o tamanho, a organização e os meios imprescindíveis para agir nos cenários considerados; (...)*”⁴⁸. Não se pode decidir pela reestruturação de uma instituição, como é a castrense, com a ideia de que ela própria se regenerará internamente, atingindo os níveis pretendidos. Parece já ser claro que este é um exercício estafado e sem solução. Um corpo armado não se reestrutura ou transforma em torno de uma verba, mas sim de uma ideia, de uma convicção, de uma orientação clara do que se pretende. É fundamental que as FA consigam cumprir a sua missão e para isso é necessário que permaneçam relevantes. “*A política em relação às FA não pode ser nunca a de olhar para elas, esperando que mirrem, para assim se diminuir a despesa pública*”⁴⁹.

A instituição militar americana e o seu poder político interpretaram na perfeição um dos princípios fundamentais da estratégia - a relação dos meios e dos fins. Nos EUA, a assunção do factor risco na tomada de decisões ao nível militar e político, independentemente da insatisfação de lobbies ou de custos eleitorais, parece ser uma “*lessons learned*” numa democracia de apenas dois séculos. Por cá, o espectro político ainda não percebeu que “*(...) assumir riscos e responsabilidades é aquilo que distingue o carácter nobre da Política (com P maiúsculo) da pequena política*”⁵⁰. Quanto a nós militares, só nos resta bater-nos, dentro da subordinação ao poder político (com p’s minúsculo), para que as nossas FA não caiam na descrição, que delas faz Eça em “Uma Campanha Alegre”, na década de 70 do século XIX, referindo-se ao Exército nos seguintes termos: “*A primeira utilidade de um exército é que se bata. O nosso exército não se pode bater. Pelo número dos seus soldados (batalhões incompletos, quadros rareados) (...). O seu armamento é inteiramente ineficaz (...). As espingardas (...) quando não rebentam, o seu alcance é humanitário (...). Os Regimentos não têm instrução. Não têm o hábito do acampamento, da fadiga, das marchas (...). Não existe espírito militar, brio de quartel, amor da arma (...).*”⁵¹ Não parece ser isto uma constante da nossa história!? Talvez esteja, pois, na altura de se alterar definitivamente esse rumo, procurando que este projecto de transformação que agora se pretende para o nosso Exército, produza os resultados há muito desejados, independentemente das suas vantagens ou desvantagens relativamente a outros. O que é realmente necessário, é que

se aponte uma direcção, um caminho. Não podemos continuar erraticamente - com todas as desvantagens que daí advêm para a instituição militar - à procura do modelo que satisfaça “gregos e “troianos”. Estamos, provavelmente, no ponto sem retorno: ou nos “transformamos” ou acabaremos por nos tornar irrelevantes aos olhos dos nossos concidadãos. Mas para que este objectivo seja possível é necessário que resulte de um projecto comum às principais forças políticas para que, a cada momento, o governo no poder prossiga, com empenhamento e vontade política, a sua concretização e as FA saibam exactamente a direcção a seguir.

* Capitão de Cavalaria.

1 Loureiro, General Loureiro dos - A Idade Imperial. A Nova Era, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2003, p. 87.

2 Nardulli, Bruce R.; McNaugher, Thomas - “The Army: Toward the Objective Force”, in Binnendijk, Hans - Transforming América Military, Center for Technology and National Security Policy, National Defence University Press, Washington, D.C., 2002, p. 101.

3 Couto, Abel Cabral - Elementos de Estratégia. Apontamentos para um curso, IAEM, Vol. I, 1988, p. 231.

4 Ver Owen, Robert C.; Fogle, Todd A. - “O Comando de Mobilidade Aérea e a Força Objectivo: Um caso para Revolução Cooperativa”, Military Review, 2º Quadrimestre de 2002, versão brasileira, pp. 2-12.

5 Department of Defence (Office of the Assistant Secretary of Defence) - News Briefing, Press Conference, 19 de Junho de 1997, pp. 1-8, www.defenselink.mil.

6 Chairman of the Joint Chiefs of Staff - Joint Vision 2010. America’s military: Preparing for Tomorrow, Julho 1996, pp. 1-35.

7 Office of the Chief of Staff - The Army Vision. Soldiers on the Point for the Nation, Outubro 1996.

8 O projecto Army After Next (AAN), é acima de tudo um conceito contínuo, que procura identificar a cada momento as potenciais ameaças para as FA americanas, propondo simultaneamente as soluções tácticas e técnicas. O “AAN it’s a journey, not a destination”. Ver Matsumura, John; Steeb, Randall; Herbert, Thomas; Eisenhard, Scot; Gordon, John; Lees, Mark; Halverson, Gail - The Army After Next Exploring New Concepts and Technologies for the Light Battle Force, Prepared for the United States Army, RAND Arroyo Center, 1997, p. v, www.rand.org/organization/ard/

9 O FCS é ponto fulcral do Objective Force. Será um “system of systems”. O ponto de partida será o recurso a ideia realmente inovadoras para a criação de um sistema de armas facilmente projectável, com grande capacidade estratégica e táctica. Se conseguido, o FCS trará um novo entendimento ao conceito de “força militar”. Ver Global Security.org - Future Combat System (FCS), www.globalsecurity.org ou ainda Dunn, Brian J., - “Equipando a Força Objectivo”, Military Review, 3º Quadrimestre de 2002, versão brasileira, pp. 61- 67.

10 High, Gil - “Talking With... The New Chief of Staff”, Soldiers - The Official U.S. Army

- Magazine, Agosto 1999, p. 2.
- 11 Department of The Army - The Objective Force in 2015, Objective Force Task Force, Arlington, Dezembro 2002, p. i.
- 12 Nardulli, Bruce R.; McNaugher, Thomas - Op. Cit., nota 2, p. 109.
- 13 Owen, Robert C.; Fogle, Todd A. - Op. Cit, nota 4, pp. 2-12.
- 14 Thomas, Evan; Brant, Martha - "The Education of Tommy Franks", NewsWeek, 19 Maio 2003, pp. 12-19.
- 15 Pickell, Gregory A. - "The New Interim Brigade Combat Team: Old Wine in New Bottles?", Military Review, May-June 2002 English Edition - www.militaryreview.com
- 16 United States Army - Concepts for the Objective Force, White Paper, p. 6.
- 17 A "Joint Vision 2020", representa um aperfeiçoamento das linhas mestras definidas com a "Joint Vision 2010". Este documento foi divulgado em Maio de 2000.
- 18 Thomas, Evan; Brant, Martha - Op. Cit., nota 14, pp. 12-19.
- 19 Department of The Army - Op. Cit., nota 11, p. 4.
- 20 C4ISR - Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance.
- 21 Ver Owen, Robert C.; Fogle, Todd A. - Op. Cit., nota 4, pp. 2-12.
- 22 Burlas, Joe - "Objective Force to be "System of Systems"", Army LINK News, Nov 2001, pp. 1-2 www.dtic.mil/armilink/news.
- 23 Unit of Action (UA) - o seu equivalente na nova organização, em termos genéricos, é a Divisão.
- 24 Unit of Employment (UE) - o seu equivalente na nova organização, em termos genéricos, é a Brigada.
- 25 Department of The Army - Op. Cit., nota 11, pag. i. Ver Randall, Frank - "Uma Revolução na Projecção de Poder. Preparar, Pôr em Condições, Avançar", Military Review, 2º Quadrimestre de 2002, versão brasileira, pp. 13-19.
- 26 Vick, Alan; Orletsky, David; Pirnie, Bruce; Jones, Seth - "The Stryker Brigade Combat Team - Rethinking Strategic Responsiveness and Assessing Deployment Options", Prepared for the United States Air Force, RAND, Project Air Force, 2002.
- 27 Ver "America's Air Force Joint Vision 2020", www.af.mil/vision; "Naval Vision 2020: The Future... From the Sea", www.library.nps.navy.mil; Vick, Alan; Orletsky, David; Pirnie, Bruce; Jones, Seth - Op. Cit., nota 26.
- 28 Department of The Army - Op. Cit., nota 11, p. 1.
- 29 Burlas, Joe - "Objective Force to be "System of Systems"", ArmyLINK News, Nov 2001, pp. 1-2 www.dtic.mil/armilink/news
- 30 Frontline - "Is the U.S. Military War-Ready?", entrevista com o General Shinseki, www.pbs.or/wgbh.
- 31 Vick, Alan; Orletsky, David; Pirnie, Bruce; Jones, Seth - Op. Cit., nota 26, p. 3.
- 32 Vick, Alan; Orletsky, David; Pirnie, Bruce; Jones, Seth - Op. Cit., nota 26, p. 7.
- 33 A viatura LAV III ou Stryker aparece também referenciada na literatura militar com Interim Armour Vehicle - IAV. Serão necessárias entre 2131 e 2791IAV, para a constituição destas unidades.
- 34 Vick, Alan; Orletsky, David; Pirnie, Bruce; Jones, Seth - Op. Cit., nota 26, p. 7.
- 35 Dubik, MGen James - "IBCT at Fort Lewis", Military Review, Setembro-Outubro 2000, pp. 17-23.
- 36 Owen, Robert C.; Fogle, Todd A. - Op. Cit., nota 4, pp. 2-12.

- 37 Nardulli, Bruce R.; McNaugher, Thomas - Op. Cit., nota 2, p. 110.
- 38 Center For Army Lessons Learned (CALL) - Army Transformations Taking Shape - IBCT. Tactics, Techniques and Procedures, nº 01-18, Jul01, pp. 3-4.
- 39 Center For Army Lessons Learned (CALL) - Op. Cit., nota 38, pp. 6-7.
- 40 Visto que o emprego prioritário destas unidades se prevê que seja em áreas edificadas, esta organização é um pouco fruto desta orientação operacional.
- 41 Nardulli, Bruce R.; McNaugher, Thomas - Op. Cit., nota 2, p. 111.
- 42 A constituição de agrupamentos e subagrupamentos (Task Forces) a partir das unidades puras que constituíam as Brigadas.
- 43 Department of The Army - Op. Cit., nota 11, p. 7. Ver United States Army -. Concepts for the Objective Force, White Paper, p. 12.
- 44 A antiga Secretária de Estado do Presidente Clinton, Madeleine Albright, chegou a ponto de afirmar que a "(...) CNN é o sexto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas".
- 45 Ver Fino, Carlos - A Guerra em Directo, Editorial Verbo, Lisboa, 3ª Edição, 2003.
- 46 Nardulli, Bruce R.; McNaugher, Thomas - Op. Cit., nota 2, p. 105.
- 47 International Herald Tribune, 7 Janeiro de 2002 in Ramonet, Ignacio - Guerras do século XXI. Novos medos, novas ameaças, Campo das Letras, Editores S. A., Porto, 2002, p. 9.
- 48 Barrento, General Martins - Intervenção na Sessão Comemorativa do Centenário da Morte de Mouzinho de Albuquerque in Sociedade de Geografia de Lisboa - Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 120ª - nº 1 - 12, Janeiro - Dezembro 2002, Lisboa, pp. 33-49.
- 49 Barrento, General Martins - Op.Cit., nota 49, pp. 33-49.
- 50 Barrento, General Martins - Op. Cit., nota 49, pp. 33-49.
- 51 Barrento, General Martins - Op. Cit., nota 49, pp. 33-49